



Estratégia
Carreira Jurídica

3° SIMULADO

TJMS

CARTÓRIOS

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para outorga de delegações de serviços notariais e registrais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS).
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso, o Instituto Consulplan.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJMS-01-11>

Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**TEORIA GERAL DOS ATOS NOTARIAIS
E REGISTRAIS**

Juliana Chevônica

01. Assinale a assertiva incorreta.

- a) Tabelião ou notário e registrador ou oficial de registro são profissionais do direito dotados de fé pública.
- b) Aos notários e oficiais de registro é delegado o exercício da atividade notarial e de registro por meio de concessão.
- c) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- d) Serviços notariais e registrais são os de organização técnica e administrativa destinados a assegurar a autenticidade, publicidade, eficácia e segurança dos atos jurídicos.

02. Acerca dos direitos e deveres dos notários e dos registradores, é incorreto afirmar:

- a) A guarda de sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua função trata-se de dever.
- b) Os notários e registradores têm direito à percepção integral dos emolumentos pelos atos praticados na serventia.
- c) Proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada trata-se de dever.
- d) O exercício de opção nos casos de desdobramento de serventia é um dever do notário e do registrador.

03. A respeito dos titulares interinos, é incorreto afirmar:

- a) O titular interino é preposto do Poder Judiciário e, em razão disso, deve se submeter aos princípios constitucionais aplicáveis, em especial aos que são fixados no art. 37 da Constituição.
- b) Não havendo delegatário no mesmo município ou no município contíguo que detenha uma das atribuições do serviço vago, a corregedoria de justiça designará interinamente, como responsável pelo expediente, substituto de outra serventia bacharel em direito com no mínimo 5 (cinco) anos de exercício em serviço notarial ou registral.
- c) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local.
- d) A remuneração dos titulares interinos é limitada ao equivalente a 90,25% dos subsídios de ministro do STF, conhecido como teto constitucional.

04. Não é norma disposta no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul:

- a) Os titulares devem residir na comarca onde estão lotados, mas isso não se estende aos funcionários.
- b) Os titulares do cartório devem estar usando crachá de identificação.
- c) Os livros indispensáveis devem estar devidamente autenticados e devem seguir o modelo geral.
- d) Os livros do cartório devem manter a escrituração em dia, sem rasuras, emendas e entrelinhas.

05. O Provimento 88 do Conselho Nacional de Justiça dispõe sobre a política, procedimentos e controles a serem adotados por notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento de terrorismo. Sobre esse ato normativo e suas disposições, é correto afirmar:

- a) Não decorre da competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços extrajudiciais, uma vez que o CNJ é autônomo.
- b) O Provimento 88 se aplica a tabeliães de notas e de protesto de títulos e oficiais de registro de imóveis, apenas.
- c) Os notários e registradores devem observar as disposições do provimento na prestação de serviços ao cliente, inclusive quando envolver operações por interpostas pessoas, compreendendo todos os negócios e operações que lhes sejam submetidos.
- d) Os notários e registradores são os únicos responsáveis pela implantação das políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia.

06. A respeito do ingresso na atividade notarial e de registro, é incorreto afirmar:

- a) É necessário habilitação em concurso público de provas e títulos.
- b) Exige-se diploma de bacharel em direito ou dez anos de experiência na atividade notarial e registro.
- c) Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de três anos.
- d) Os candidatos serão declarados habilitados na rigorosa ordem de classificação no concurso.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Paloma Schwab

07. Além dos livros previstos na Lei de Registros Públicos e dos obrigatórios e comuns a todos os cartórios, o cartório de registro civil de pessoas naturais do estado do Mato Grosso do Sul deverá possuir os seguintes Livros, obrigatoriamente:

- a) Livro de Transporte de Averbações e Anotações; Livro de Visitas do Ministério Público; Livro de Registro de Feitos; Livro de Registro das Habilitações de Casamento.
- b) Livro de Procuções; Livro de Registro de Feitos; Livro de Registro das Habilitações de Casamento.
- c) Livro de Transporte de Averbações e Anotações; Livro de Registros Tardios; Livro de Registro das Habilitações de Casamento.
- d) Livro de Visitas do Ministério Público; Livro de Registro de Feitos; Livro de Registro das Habilitações de Casamento.

08. Após o rompimento de uma barragem na cidade X do Estado do Mato Grosso do Sul, Daniel foi dado como desaparecido pois trabalhava no local na hora do desastre. Da sentença declaratória, procedeu-se com o assento de morte presumida lavrado no livro “E” do cartório do domicílio anterior do *de cujus*, pois ficou extremamente provável a morte e de que estava em perigo de vida. Contudo, três meses depois, Daniel, procura sua família. Alegou ter ido viajar para o Rio Grande do Sul para refletir sobre sua vida e que, por esse motivo, se isolou dos familiares. Diante da situação hipotética, qual o procedimento a ser adotado pelo Oficial do RCPN em relação ao assento da morte presumida:

- a) Deverá o registrador, de ofício, proceder com o cancelamento do assento de morte presumida lavrada no livro E, tendo em vista a notícia ter tido grande repercussão nos veículos de comunicação.
- b) O Registrador deverá proceder o cancelamento do registro somente por determinação judicial. Neste caso, após a apresentação de mandado judicial, será realizada uma averbação de cancelamento.

c) Respeitando o princípio da rogação, após requerimento assinado presencialmente por Daniel na serventia, o registrador poderá averbar o cancelamento do registro.

d) Não há em que se falar em cancelamento de registro para a situação colocada, uma vez que produziu efeitos patrimoniais.

09. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Entretanto, cessará, para os menores, a incapacidade em algumas hipóteses. Assim, no cartório do primeiro ofício ou da primeira subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados, no Livro “E”, em relação aos menores nela domiciliados, as seguintes modalidades de emancipação:

a) Não é necessário o registro de emancipação pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos e, pelo casamento.

b) A emancipação pelo casamento quando apresentada a respectiva certidão e, pelo exercício de emprego público efetivo quando apresentado o termo de posse.

c) A emancipação pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, somente.

d) Não é necessário o registro de emancipação pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso de ensino superior e pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

10. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. De acordo com o Decreto 9.199/2017 que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, é correto afirmar.

a) A opção de nacionalidade importará a renúncia de outras nacionalidades.

b) A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, até quatro anos, após atingida a maioridade civil.

c) A comprovação da opção pela nacionalidade brasileira ocorrerá por meio do registro da sentença no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, o qual deverá informar, periodicamente, os dados relativos à opção pela nacionalidade brasileira à Polícia Federal.

d) Feita a opção pela nacionalidade brasileira, os efeitos da condição de brasileiro nato não retroagem à data de nascimento do interessado.

11. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se ao casamento civil, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração. Deste modo, o Código Civil reforça que o registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil. A respeito das regras do casamento religioso para efeitos civis com base no Código de Normas do estado do Mato Grosso do Sul, é incorreto:

a) No prazo de noventa dias, a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou o termo do casamento religioso, que deverá conter a data da celebração, o lugar, o culto religioso, o nome do celebrante, sua qualidade, o cartório que expediu a habilitação, a data desta, os nomes, as profissões, os endereços residenciais e as nacionalidades das testemunhas que o assinaram e os nomes dos contraentes, requerer o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão, que o fará no prazo de vinte e quatro horas.

b) O termo ou o assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas e é exigido, para seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.

c) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil.

d) Processada a habilitação com a publicação dos editais e certificada a inexistência de impedimentos, o oficial fará o registro do casamento religioso, de acordo com a prova do ato e os dados que constam no processo, observado o disposto no artigo 70 da Lei 6.015/73.

12. A conversão da união estável em casamento poderá ser requerida pelos conviventes ao juiz competente ou diretamente ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio. Especificamente sobre o pedido de conversão de união estável em casamento formulado judicialmente no estado do Mato Grosso do Sul, é incorreto afirmar:

a) O Juiz designará audiência para ouvir os requerentes e, no mínimo, duas testemunhas. Todavia, poderá a audiência ser dispensada se os requerentes declararem a inexistência dos impedimentos previstos em lei e comprovarem a união estável mediante prova documental.

b) Ficam dispensados os proclamas e os editais.

c) Homologada a conversão o Juiz expedirá mandado para registro no Livro “B”.

d) Do assento constará obrigatoriamente tratar-se de conversão de união estável em casamento, não sendo possível fixar termo inicial da união estável, para todos os fins.

13. As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal serão registradas no lugar de residência do interessado conforme Provimento 28 de 05 de fevereiro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça. Assinale a alternativa correta de acordo com o Provimento:

a) Sendo o registrando menor de 12 anos e sendo apresentada a DNV – Declaração de Nascido Vivo, dispensa-se, apenas, o comparecimento das testemunhas.

b) O requerimento de registro será direcionado ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

da residência do interessado ou do local onde se encontrar não tendo moradia fixa, assinado por duas testemunhas.

c) No registro de nascimento de criança com menos de 3 anos de idade, nascida de parto sem assistência médica ou parteira, a DNV – Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial do Registro Civil e será assinada pelo declarante, dispensando comunicação do fato ao Ministério Público.

d) Se não houver elementos necessários para estabelecer ao menos um dos genitores, o registro não poderá ser lavrado.

TABELIONATO DE NOTAS

Maria Dalmaz

14. João e Maria vivem em um relacionamento amoroso há mais de dois anos, todos os consideram como um casal, e pretendem, de comum acordo, formar uma família. Não moram juntos, mas costumam passar os finais de semana juntos. Maria é avessa ao casamento, mas gostaria de algum modo formalizar a união e, mais importante ainda, se resguardar quanto ao seu patrimônio, que é consideravelmente maior do que o de João. Com essa narrativa ela procura o Tabelião de sua confiança que, corretamente, lhe orienta que:

a) somente com o casamento é possível formalizar a União, e portanto Maria deve procurar um cartório de registro civil que atenda a localidade de sua residência.

b) somente com o casamento é possível escolher o regime de bens da união, inclusive o da separação de bens, por meio de pacto antenupcial lavrado por escritura pública.

c) O reconhecimento de união estável por meio de escritura pública de declaração poderá ser averbada no fólio real, com o escopo de resguardar direitos dos conviventes e de terceiros que com eles celebrarem negócios jurídicos.

d) O casal já vive em união estável, e como é questão fática, o mais seguro é não documentar nada por enquanto, resguardando assim o patrimônio.

15. Otávio comparece no Tabelionato de Notas de Ponta Porã/MS, narrando ter comprado um imóvel urbano, de um amigo, imóvel esse que é objeto de financiamento habitacional. Solicita, então, a lavratura da escritura de compra e venda para que lhe seja transmitida a propriedade. Sobre a situação, julgue a assertiva e aponte a **CORRETA**:

a) A escritura pode ser lavrada por meio eletrônico, sendo obrigatórias somente as assinaturas, além do Tabelião, a do vendedor e de sua esposa, caso o regime de bens assim imponha, e do comprador, dispensando a assinatura da esposa deste último.

b) as certidões necessárias à lavratura do imóvel urbana são exatamente as mesmas dos imóveis rurais.

c) O agente financeiro deve, obrigatoriamente, participar da escritura pública de compra e venda, assinando o ato por meio de seu representante legal ou procurador habilitado.

d) Para lavratura do ato em meio físico, pelo menos umas partes ou o imóvel deve estar localizado na cidade de Ponta Porã.

16. Sobre as normas atinentes ao Tabelionato de Notas, analise as assertivas e assinale a **INCORRETA**.

a) O testamento particular e o cerrado poderão ser escritos em idioma estrangeiro. Neste caso, o tabelião solicitará a presença de um tradutor habilitado para servir de intérprete e assinar o instrumento público.

b) O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento e, se o não souber, designará quem o leia em seu lugar, em presença das testemunhas.

c) O testamento cerrado deve ser entregue pelo testador ao Tabelião, na presença de pelo menos cinco testemunhas.

d) Ao cego só se permite o testamento cerrado, que lhe será lido, em alta voz, duas vezes: uma, pelo oficial, e a outra, por uma das testemunhas, designada pelo testador. Far-se-á de tudo circunstanciada menção no auto de aprovação do testamento.

17. Bartolomeu compareceu no Tabelionato de Notas de Juti/MS e solicitou informações acerca de uma compra e venda, por suspeitar que o comprador induziu sua mãe, vendedora, em erro, e comprou o bem por um valor muito inferior ao de mercado. Pediu para ver o livro, e conferir alguns detalhes da negociação. O Tabelião verificou no sistema informatizado que realmente havia uma escritura de venda firmada pela mãe de Bartolomeu. Sobre a situação, assinale a correta:

a) Os atos notariais são públicos, e portanto deve o Tabelião, satisfeitos os emolumentos, emitir certidão acerca da escritura, mesmo que Bartolomeu não formule pedido por escrito.

b) Os atos notariais são públicos, e portanto é dever do Tabelião mostrar as folhas do livro ao Bartolomeu, para sua conferência;

c) Os atos notariais não são públicos, de modo que somente as partes interessadas, o Ministério Público ou o Poder Judiciário podem ter acesso a eles;

d) Bartolomeu deve elaborar pedido escrito, em que justifique seu interesse, para obter certidão do ato lavrado. Além disso, deve pagar os emolumentos e demais repasses necessários à emissão de tal certidão, de acordo com a tabela do Estado do Mato Grosso do Sul.

TABELIONATO DE PROTESTOS

Adriano Alvares

18. Em relação ao protesto da sentença condenatória transitada em julgado, segundo o Código de Normas do TJMS, é INCORRETO afirmar que:

- a) A certidão da existência da dívida será expedida pela unidade judicial onde o feito tramita.
- b) Os emolumentos serão exigidos, em sentença transitada em julgado de alimentos, no cancelamento do protesto pela parte sucumbente, sendo calculados pelos valores da tabela vigentes à época da apresentação.
- c) O credor poderá requerer a expedição de certidão da existência da dívida, para apresentação ao Tabelionato de Protesto competente, desde que não cumprida a obrigação pecuniária pelo devedor.
- d) Na certidão de existência da dívida não há necessidade de constar RG e CPF do credor, bastando somente o nome completo.

19. Verifique as questões abaixo sobre os livros do protesto segundo o Código de Normas do TJMS.

() Os arquivos serão conservados pelo tabelião pelos prazos constantes do artigo 35 da Lei 9492/97, dependendo a eliminação do acervo de prévia autorização do juiz, exceto se houver microfilmagem ou gravação por processo eletrônico de imagem.

() Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser conservados em pasta própria distinta e separada, até solução definitiva por parte do juízo.

() O tabelionato de protesto terá o livro de Protocolo dos Títulos e dos Documentos de Dívida Apresentados; além do livro do Registro de Protestos; e o do Indicador Pessoal.

Assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- a) F – V – F
- b) V – F – V
- c) F – V – V
- d) V – V – F

20. Sobre o protesto da cota condominial segundo o código de normas do TJMS, é correto afirmar que:

- a) Não é permitido.
- b) É permitido, mesmo sem a exibição da certidão da matrícula da unidade condominial.
- c) É permitido, mesmo por indicação com a declaração expressa firmada pelo apresentante, de estarem presentes todos os requisitos solicitados pelas normas, comprometendo-se em apresentar a documentação indicada nas normas, quando e onde exigida, especialmente se sobrevier sustação judicial do protesto, ficando a cargo dos Tabeliães a instrumentalização do ato.
- d) É permitido, ainda que sem a exibição dos boletos ou recibos das dívidas rateadas e referentes às cotas cobradas, bastando mera declaração dos valores.

21. Sobre o prazo e a recusa para pagamento do título no tabelionato de protestos, segundo o código de normas do TJMS, é correto afirmar que:

- a) Havendo expediente no foro extrajudicial, esse será o último dia para o pagamento.
- b) Fora do horário de funcionamento da serventia, não será recusado o recebimento de pagamento.
- c) Há prorrogação do prazo de pagamento até o primeiro dia útil seguinte, caso o vencimento ocorra em data que haja expediente no foro extrajudicial, mas seja feriado bancário.
- d) Será recebido o pagamento efetuado no prazo legal em tabelionato incompetente.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Andréa Santiago

22. Quanto às atribuições do registro de imóveis, analise as assertivas a seguir:

- I. No registro de imóveis são feitas as averbações das servidões em geral.
- II. No registro de imóveis são feitos os registros das hipotecas legais, judiciais e convencionais.

III. Na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

IV. O desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Somente o item IV está correto.
- d) Somente o item I está errado.

23. Acerca do protocolo de títulos no Registro de Imóveis, pode-se corretamente afirmar:

- a) Se forem apresentadas, no mesmo dia, duas escrituras públicas de compra e venda sobre o mesmo imóvel, sempre terá prioridade a que primeiro for protocolada, ainda que tenham sido consignadas em ambas a hora exata de sua lavratura.
- b) Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- c) Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante 30 (trinta) dias que os interessados na primeira promovam a inscrição e, após esse prazo, se não for apresentado o título anterior, a segunda hipoteca será inscrita e terá preferência sobre a primeira.
- d) Podem ser registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, prevalecendo a ordem de prioridade na apresentação.

24. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Os atos relativos a vias férreas serão registrados na circunscrição imobiliária onde se situe o imóvel.

II. No Registro de Imóveis serão feitos, nos termos desta Lei, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade

em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.

III. O livro nº 1 - Protocolo - servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente, inclusive para exame e cálculo dos títulos.

IV. O Livro nº 4 - Indicador Real - será o repositório de todos os imóveis que figurarem nos demais livros.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Todos os itens estão errados.
- d) Os itens I, II e IV estão corretos.

25. Quanto ao processo de registro no escritório imobiliário, é correto afirmar:

- a) O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório, não sendo possível ao oficial fornecer, a pedido, certidão do mesmo.
- b) No procedimento de suscitação de dúvida, caso o interessado tenha impugnado a dúvida, será ouvido o Ministério Público no prazo de quinze dias.
- c) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob dois números de ordem no Protocolo.
- d) Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, porém, a prenotação de seus títulos aos interessados.

26. À luz da Lei 6015/73, julgue os itens a seguir:

- a) O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente. ART. 186
- b) Se o imóvel estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial não exigirá o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza. Art. 195
- c) O oficial retificará o registro ou a averbação, a requerimento do interessado, no caso de inserção ou alteração de medida perimetral somente se resultar alteração de área.

d) A adequação da descrição de imóvel urbano decorrente de transformação de coordenadas geodésicas entre os sistemas de georreferenciamento oficiais sempre depende de retificação.

27. São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:

- a) nas servidões, o dono do prédio serviente e dono do prédio dominante.
- b) na locação, o locatário e o locador.
- c) nas cessões de direitos, o cedente e o cessionário.
- d) na enfiteuse, o enfiteuta e o senhorio.

28. Acerca dos títulos nos registros de imóveis, julguem os itens a seguir:

I. Não são admitidas a registro as escrituras públicas lavradas em consulados brasileiros.

II. Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, sempre exigem o reconhecimento de firma para fins de registro.

III. São títulos admitidos para registros os atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão errados.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente o item II está errado.

29. Com relação ao procedimento de dúvida, em matéria de registro públicos, assinale a alternativa correta.

- a) participação do representante do Ministério Público é dispensada, na qualidade de fiscal da lei.
- b) O entendimento majoritário é de que se trata de hipótese de jurisdição voluntária.
- c) A decisão final que o extingue não transita em julgado.
- d) Dispensa o contraditório e a ampla defesa no procedimento de dúvida.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS

Gustavo Arruda

30. “Em que pese o crescimento exponencial do intercâmbio de pessoas, objetos e informações entre os diversos países do mundo, notadamente nas últimas décadas, as diferenças entre os ordenamentos vigentes em cada Estado ainda impõem, muitas vezes, entraves jurídicos a tais fluxos” (KÜMPEL, Vitor, *Tratado Notarial e Registral*, vol. IV, São Paulo, YK Ed., p. 1029). Cada dia mais, fica claro que não há porque impedir que um documento produzido em um país, seja reconhecido como válido e eficaz em outro. O registro de títulos e documentos serve, neste âmbito, para marcar a introdução, no ordenamento jurídico nacional, desses documentos, o que depende de prévia legalização (ou consularização) ou apostilamento. Há três hipóteses de dispensa da legalização consular previstas no Dec. 8.742/2016, exceto:

- a) As assinaturas originais das autoridades consulares brasileiras.
- b) Os documentos expedidos por autoridades estrangeiras encaminhados por via diplomática ao Governo brasileiro.
- c) Os documentos expedidos por países com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado acordos bilaterais ou multilaterais de simplificação ou dispensa do processo de legalização de documentos.
- d) Os documentos expedidos por autoridades estrangeiras, no Brasil, e encaminhados ao exterior, por via diplomática.

31. O sistema previsto na Convenção de Haia substitui todo o trâmite diplomático próprio da consularização (ou legalização), pela simples aposição da apostila.

- a) As apostilas emitidas por países partes da Convenção da Apostila antes vigência da referida Convenção no Brasil não serão aceitas no território nacional.
- b) Não será exigida a aposição de apostila quando, no país onde o documento deva produzir efeitos, a legislação em vigor, tratado, convenção ou acordo de que a República Federativa do Brasil seja parte afaste ou

dispense o ato de legalização diplomática ou consular.

c) O cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento pelos serviços de notas e de registro das capitais são obrigatórios, mas no interior de cada Estado são exclusivos dos cartórios de notas autorizados.

d) As corregedorias-gerais de justiça e os juízes diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila para os atos extrajudiciais que envolverem gratuidade de justiça.

32. Os documentos que versam sobre veículos automotores, no registro de títulos e documentos, merecem o tratamento mencionado nas alternativas abaixo, EXCETO (marque a alternativa errada).

a) Para regularidade administrativa da transferência da propriedade automotiva, os recibos e contratos de compra e venda de automóveis devem ser registrados no registro de títulos e documentos, depois de terem a firma reconhecida por semelhança.

b) Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam.

c) Em se tratando de veículos, constitui-se a propriedade fiduciária na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.

d) O penhor de automóveis depende do registro no cartório de títulos e documentos.

33. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas NÃO serão inscritos:

a) os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.

b) as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, inclusive as anônimas.

c) os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

d) as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Thiago Zanolla

34. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, existindo sentença condenatória transitada em julgado relativa a obrigação pecuniária líquida, certa e exigível, inclusive de obrigação alimentar, não cumprida pelo devedor, o credor poderá requerer a expedição de certidão da existência da dívida, para apresentação ao Tabelionato de Protesto competente.

A certidão será expedida pela unidade judicial na qual tramita o feito e conterà, exceto:

a) qualificação completa do devedor (documentos: CPF, RG e endereço).

b) nome completo do credor.

c) data de validade.

d) valor líquido e certo da dívida.

35. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, não é livro obrigatório que o tabelionato de protesto de títulos e de outros documentos de dívida deve dispor

a) Protocolo dos Títulos e dos Documentos de Dívida Apresentados;

b) Registro de Protestos;

c) Indicador Pessoal.

d) Inspeções e Visitas Correicionais

36. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, os processos que tenham por objetivo a transação de imóveis rurais por estrangeiros, na Faixa de Fronteira, serão remetidos

a) pela Secretaria Estadual de Abastecimento ao INCRA, após sua regular instrução.

b) pelo INCRA à Secretaria Geral da Presidência da República/Conselho de Segurança Nacional, após sua regular instrução.

c) pelo oficial de registro à Secretaria Estadual de Abastecimento, após sua regular instrução.

d) pela Prefeitura Municipal ao INCRA.

37. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, todos os atos notariais deverão ser assinados

a) com tinta preta ou azul, indelével; lançar-se-á em frente o nome por extenso, de forma legível.

b) com tinta preta ou azul, indelével; lançar-se-á no verso frente o nome por extenso, de forma legível.

c) exclusivamente com tinta preta, indelével; lançar-se-á em frente o nome por extenso, de forma legível.

d) exclusivamente com tinta azul, indelével; lançar-se-á no verso o nome por extenso, de forma legível.

38. O assento de nascimento decorrente da homoparentalidade, biológica ou por adoção, será inscrito no

a) Livr A

b) Livro B

c) Livro B Auxiliar

d) Livro D

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

39. Joabes sofreu um acidente de carro ainda quando jovem e, em razão de pancadas que recebeu na cabeça, desenvolveu um quadro moderado de esquizofrenia. Em razão disso, Joabes:

a) não poderá se casar;

b) será considerado absolutamente incapaz;

c) será considerado relativamente incapaz;

d) será considerado plenamente capaz para os atos da vida civil.

40. Pitágoras é sócio majoritário e administrador da empresa “Matemática e Cia”, um cursinho pré-vestibular. Por receber todos os valores na conta da pessoa jurídica, está acostumado a realizar o pagamento de todos os seus boletos pessoais por meio da conta bancária da empresa. Com isso, prefere não fazer um pró-labore ou receber um repasse. Já com dois anos de existência e com essa prática reiterada, “Matemática e Cia” gera uma dívida considerável com seus credores, tornando-se inadimplente com todos eles. Mesmo assim, verifica-se que todas as contas pessoais de Pitágoras foram devidamente pagas, apesar de permanecerem os débitos com os fornecedores da pessoa jurídica. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

a) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar exclusivamente bens e patrimônio da pessoa jurídica;

b) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar bens e patrimônio de Pedro desde o início, aplicando o julgador a desconsideração da personalidade jurídica de ofício;

c) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão da confusão patrimonial;

d) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão do desvio de finalidade da pessoa jurídica.

41. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

a) está localizada a sede do empregador;

b) resida o contratante;

c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;

d) esta é exercida;

42. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprove que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;

43. O prazo prescricional aplicável ao seguro DPVAT é de:

- a) de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) de cinco anos, já que é dívida líquida.

44. Pedro obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender uma carroça ou um barril de uvas a Miguel mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

- a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;
- b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;
- c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

45. Joaquim invadiu um terreno da prefeitura local e construiu sua casa, com um muro ao redor de uma área de 600m², permanecendo sem qualquer oposição por 15 anos.

Tempos depois, Florentina aproveitou que uma parte do referido muro caiu e construiu sua casa no fundo do terreno, escondido da casa de Joaquim em razão da densa vegetação.

Dois anos depois de Florentina ter construído sua casa, Joaquim descobriu que havia uma outra casa no terreno e, com isso, ajuizou ação de reintegração de posse alegando ser o real proprietário.

Analisando a situação, o juiz responsável pelo caso ordenou a intimação do Município respectivo para que informasse se tinha interesse na causa, já que originalmente o terreno era da Prefeitura Municipal.

Com relação a esse caso, é correto afirmar:

- a) o terreno continua sendo de propriedade do Município, já que não é passível de usucapião em qualquer hipótese;
- b) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, que cumpriu o prazo de usucapião em relação ao Município e ajuizou a ação de reintegração contra Florentina antes da prescrição ocorrer;
- c) o terreno passou a ser propriedade de Joaquim, mas será destacada uma parte para Florentina, que adquiriu a propriedade em razão da usucapião;
- d) Florentina passará a ser a proprietária de todo o terreno, devendo Joaquim desocupar a sua casa.

46. Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

- a) a habitação;
- b) a hipoteca;
- c) a anticrese;
- d) a turbação;

47. Uma grande represa situada no Estado X rompeu em razão da falta de manutenção e fiscalização pelos órgãos responsáveis, o que caberia principalmente ao Poder Público estadual. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissor;

- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa;

48. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;

direitos da criança e do adolescente. Ainda sobre esse órgão, pode-se afirmar que:

- a) É possível a instituição de mais de um Conselho Tutelar em grandes centros urbanos, respeitando-se a composição por cinco membros, escolhidos pela população para mandato de quatro anos, sendo admitida recondução por novos processos de escolha.
- b) Além da reconhecida idoneidade moral, exige-se do candidato a membro do Conselho Tutelar a residência no município e que tenha idade superior a dezoito anos.
- c) Embora sejam órgãos integrantes da administração pública local, compete ao Estado membro legislar sobre local, dia, horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- d) As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas pela autoridade judiciária ou pelo titular da secretaria à qual o órgão esteja vinculado.

ECA

Ricardo Torques

49. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, inovou o ordenamento jurídico brasileiro ao conferir especial proteção a essa importante parcela da população. Considerando as disposições preliminares do Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) A criança é a pessoa até doze anos de idade completos, enquanto a adolescência compreende a faixa entre doze e dezoito anos de idade.
- b) O ECA aplica-se exclusivamente às pessoas até 18 anos de idade completos.
- c) Considerando que a República Federativa do Brasil é um Estado laico, sem a presença de uma religião oficial, o desenvolvimento espiritual de criança e adolescente não encontra proteção legal.
- d) Os direitos previstos no ECA aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de qualquer natureza, inclusive quanto às comunidades em que vivem.

51. Sobre o procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, de imediato, conduzido à autoridade policial para lavratura de termo.
- b) Quando apreendido em flagrante de ato infracional, o adolescente deverá ser conduzido à autoridade judiciária, sendo comunicados seus pais ou responsável.
- c) Em regra, o adolescente deverá ser prontamente liberado pela autoridade policial quando qualquer de seus pais compareça. No entanto, em caso de ato infracional grave com repercussão social, o adolescente deverá permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.
- d) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional poderá ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial, ainda que implique em risco à sua integridade física ou mental, desde que seja o único meio de locomoção possível.

50. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

52. Marque a alternativa correta a respeito das normas fundamentais do processo civil:

- a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, sendo vedado esse estímulo por parte dos magistrados.
- c) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé subjetiva.
- d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

53. Sobre a audiência de conciliação e mediação, marque a alternativa correta:

- a) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 20 dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 30 dias de antecedência.
- b) A intimação do autor e do réu para a audiência será feita pessoalmente.
- c) O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.
- d) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte contrária.

54. Assinale a alternativa incorreta a respeito dos atos processuais:

- a) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, desde que antes do processo.
- b) De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade dos negócios processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade
- c) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- d) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

55. Em relação à tutela provisória, marque a alternativa incorreta:

- a) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- b) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- c) Ocorrendo a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, haverá formação de coisa julgada.
- d) A concessão de tutela de evidência independe da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

56. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

- I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

Estão corretos os itens:

- a) II e IV
- b) I, II e III
- c) I e II
- d) I, II, III e IV

57. Em relação à ação monitória, não é correto afirmar que:

a) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cartula.

b) A ação monitória pode ser proposta tanto para exigir o pagamento de quantia em dinheiro, quanto para entrega de coisa ou adimplemento de obrigação de fazer ou não fazer.

c) Admite-se a citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

d) Pode haver o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

58. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

a) O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, exigindo-se apenas que o executado seja o mesmo e que o procedimento seja idêntico.

b) Havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de domicílio do exequente.

c) Nos casos de atos atentatórios à dignidade da justiça ocorridos na execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente.

d) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.

59. Sobre os recursos, é correto afirmar que:

a) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

b) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 dias.

c) A apelação é submetida a duplo juízo de admissibilidade.

d) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o Tribunal determinará o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

60. Assinale a alternativa incorreta sobre a aplicação da lei penal:

a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

b) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

c) Considera-se praticado o crime tanto no momento da ação ou omissão quanto no momento do resultado.

d) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

61. Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento consolidado do STJ sobre matéria penal:

- a) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, desde que o Tribunal do Júri não venha a desclassificar o crime.
- b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- c) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- d) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

62. Analise as seguintes assertivas sobre Direito Penal:

I – Configura o crime de falsidade de documento particular, previsto no artigo 297 do Código Penal, a alteração de livro mercantil verdadeiro.

II – Quem insere, na folha de pagamento, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório, comete o crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.

III – O crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no art. 300 do Código Penal, é crime próprio, por exigir que a conduta seja praticada no exercício de função pública.

IV – Usar o estrangeiro, para entrar ou permanecer no território nacional, nome que não é o seu configura o crime de fraude de lei sobre estrangeiro.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) apenas a I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) III e IV.

63. Astolfo, criminoso contumaz, falsificou um carimbo, sinal usado pelo tabelião de Dourados, para fins de falso reconhecimento de firma.

Considerando que ele não possui nenhum vínculo com o serviço extrajudicial, ele praticou o seguinte crime:

- a) Falso reconhecimento de firma ou letra, na forma tentada.

- b) Falsificação de documento particular.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsificação do selo ou sinal público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

64. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito policial, que deve ser apresentado conjuntamente à denúncia.
- b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação em sua inicial acusatória.
- d) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão apenas prova documental.

65. Em relação à competência, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Compete a Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.
- b) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que praticado o maior número de atos de execução.
- c) Compete a Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na carteira de trabalho e previdência social, atribuído a empresa privada.
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

66. No tocante à prova, é correto afirmar:

- a) Segundo o sistema da persuasão racional, dispensa-se qualquer motivação sobre as razões que levaram à decisão, possuindo o juiz ampla liberdade para apreciação das provas e julgamento da causa.
- b) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, podendo a justificativa ocorrer com base no decurso do tempo.
- c) O exame de corpo de delito, considerando a liberdade probatória, de modo algum será obrigatório.
- d) Na cadeia de custódia devem ser observadas, dentre outras, as fases de reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento e armazenamento.

67. A respeito da prisão e medidas cautelares, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Decretada a preventiva do réu por conveniência da instrução criminal ante a ameaça a testemunhas e tendo sido encerrada a instrução processual, a prisão cautelar deve ser revogada.
- b) Não será concedida fiança em casos de crime hediondo, tortura, racismo, tráfico ilícito de entorpecentes, terrorismo, ou quando se tratar de crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- c) É ilegal a prisão preventiva baseada tão somente na gravidade do fato, na hediondez do delito ou na conveniência da instrução criminal. Para a decretação, os requisitos devem estar cumulados.
- d) Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

68. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

69. Julgue os itens a seguir:

- i) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.
 - ii) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.
 - iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Nenhum dos itens está correto.
 - c) Apenas os itens i e ii estão corretos
 - d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.

70. A respeito das modalidades de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) No Direito Tributário, quando duas pessoas são ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, abre-se a possibilidade de exclusão do crédito tributário por meio da compensação.

b) Na hipótese de a autoridade administrativa entender conveniente conceder a remissão, estará extinto o crédito tributário.

c) A consignação em pagamento consiste em modalidade de exclusão do crédito tributário, ao passo que o pagamento antecipado consiste em modalidade de extinção do crédito tributário.

d) Havendo a autorização da dilação do prazo de pagamento do tributo, por meio de lei ordinária, o crédito tributário ficará suspenso até a data de pagamento.

71. Quanto ao ICMS, assinale a alternativa correta:

a) Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

b) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.

c) O imposto incide sobre operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

d) O imposto incide sobre operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial

72. Sobre as limitações da Competência Tributária, julgue os itens a seguir:

I - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

II - É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

III - É facultado à União, independentemente de qualquer razão especial, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

a) Os itens I, II e III estão corretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Apenas a alternativa II está incorreta.

d) Apenas o item II está correto.

73. Assinale a alternativa correta:

a) O ITBI e o IPTU podem ser progressivos.

b) Apenas é possível a progressividade extrafiscal do IPTU.

c) O ISSQN incide sobre a locação de bens moveis.

d) O ITCMD pode ter alíquotas progressivas.

74. A respeito do procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador, assinale a alternativa correta:

a) Ao realizar o lançamento tributário, a autoridade administrativa deverá calcular o montante do tributo devido e, imediatamente, propor a aplicação da pena.

b) A notificação ao sujeito passivo não é condição para que o lançamento tenha eficácia.

c) No lançamento por homologação, o contribuinte cumpre seu dever informar, porém espera a notificação a respeito do montante a ser pago.

d) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

75. Sobre imunidade tributária, assinale a alternativa correta:

a) A imunidade tributária atinge apenas a obrigação tributária principal, afeta ao dever patrimonial de pagamento do tributo, não alcançando as chamadas obrigações tributárias acessórias, que permanecem incólumes.

b) A imunidade recíproca abrange impostos, taxas e contribuições.

c) No entendimento do STF, a imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 não se aplica ao livro eletrônico (e-book).

d) No entendimento do STF, ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, independentemente da destinação dos valores arrecadados.

DIREITO COMERCIAL

Alessandro Sanchez

76. Considere a seguinte situação hipotética e os artigos do Código Civil reproduzidos para assinalar a resposta correta:

Ricardo XYZ Júnior, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 044.055 SSP/EV, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.007.008.-09, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 19, Cidade do Bosque, no Estado do Verde, nascido em 15/05/2002, tendo dezessete anos nesta data, emancipado por concessão dos pais, conforme escritura devidamente averbada no Cartório de Registro Civil da Comarca da Cidade do Bosque, resolvem constituir uma sociedade limitada, o fazem sob as condições seguintes: [...]

Artigo 5º. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único: Cessará para os menores a incapacidade: [...]

Artigo 972. Podem exercer atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

(BRASIL. Código Civil, 2002.)

Considerando o preâmbulo e as hipótese de cessação da menoridade previstas no Código Civil, pode-se afirmar que a sociedade:

- a) Poderá ser iniciada somente quando Ricardo XYZ Júnior se casar.
- b) Poderá ser iniciada, pois Ricardo XYZ Júnior foi emancipado por concessão dos pais.
- c) Só poderá ser iniciada quando Ricardo XYZ Júnior completar 18 anos.
- d) Poderá ser iniciada se Ricardo XYZ Júnior já houver concluído o ensino médio.

77. Das opções apresentadas, assinale aquela que não poderá ser considerada como um ato cambiário:

- a) Saque.
- b) Intervenção.
- c) Aceite parcial.
- d) Fiança.

78. Sobre o Direito Cambial, prospera a assertiva que dita que:

- a) Os avais em branco e superpostos presumem-se simultâneos e sucessivos.
- b) O avalista, quando executado, pode exigir que o credor execute primeiro o avalizado.
- c) A letra de câmbio, que não contenha expressamente a cláusula “a ordem”, não pode ser transmitida por via de endosso, sendo transmissível apenas pela forma e com os efeitos de uma cessão ordinária de créditos.
- d) A nota promissória deve conter promessa pura simples de pagamento em certa data, admitindo como válido e eficaz o aval parcial.

79. O Código Civil é cirúrgico ao destacar que se considera empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. A respeito da atividade de empresário, assinale a alternativa correta.

- a) As cooperativas, cujos atos constitutivos prevejam a responsabilidade limitada dos seus sócios, não se submetem ao regime jurídico-empresarial.
- b) O absolutamente incapaz não pode ser empresário e nem sócio de sociedade empresarial.
- c) O menor, nomeado para cargo público efetivo, pode ser empresário individual, desde que autorizado judicialmente.
- d) O médico pediatra, que em seu consultório contrata secretária, faxineira e auxiliar de serviços gerais, exerce atividade empresarial.

80. Quanto aos títulos de crédito, assinale a alternativa correta.

- a) São títulos e crédito causais, a letra de câmbio, a duplicata e a cédula de crédito industrial.
- b) O endosso próprio transmite a propriedade do título de crédito e se completa com a assinatura do endossante.
- c) Uma vez riscado o aceite antes da restituição da letra de câmbio, o sacado se desincumbe da obrigação, mesmo se tiver comunicado o aceite, por outra forma, a um dos signatários do título.

d) A obrigação do avalista se mantém, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula, exceto se essa nulidade for decorrente de vício de forma.

81. A sociedade limitada não é obrigada a adotar denominação integrada com a palavra final “limitada” ou “LTDA”, contudo a ausência desta denominação final acarretará

a) a responsabilidade solidária e ilimitada do administrador principal que assim empregar a firma ou a denominação da sociedade.

b) a responsabilidade solidária e limitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

c) a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

d) a responsabilidade subjetiva e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.

82. Será considerado empresário:

a) o que exerce atividade exclusivamente artística.

b) o que exerce atividade exclusivamente científica.

c) o que exerce atividade comercial ou industrial.

d) o que exerce atividade exclusivamente intelectual.

83. Sendo o endosso “em branco” inserido no cheque:

a) Ao endossante é vedado proibir novo endosso.

b) Ao portador é permitido endossar novamente o cheque, em branco ou a outra pessoa.

c) Ao portador é proibido transferir o cheque a um terceiro.

d) Ao endossante é proibido endossar novamente o cheque.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

84. A Constituição Federal reservou o seu Título VII para dispor sobre a ordem econômica e financeira. A atividade econômica contempla prestação de serviço público e atividades privadas comerciais, industriais e de prestação de serviço. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta:

a) A busca do pleno emprego é um dos princípios da ordem econômica.

b) A Constituição Federal a todos assegurada o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que haja autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

c) A Constituição federal proíbe o Estado de explorar diretamente a atividade econômica.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.

85. A respeito dos direitos políticos, nos termos fixados pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas abaixo e, em seguida, indique a alternativa correta.

I. Conquanto não se admita no Brasil o sufrágio censitário, o capacitário é permitido pela Constituição Federal.

II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros alfabetizados maiores de 18 anos de idade.

III. A condenação por improbidade administrativa provoca a perda dos direitos políticos.

IV. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua publicação.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

c) Todas as assertivas estão incorretas.

d) Apenas a assertiva IV está correta.

86. A respeito dos direitos e garantias fundamentais, aponte a alternativa correta.

- a) Uma das características dos direitos e garantias fundamentais é a ilimitabilidade.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e nem o registro no órgão competente, uma vez que o direito é decorrente de liberdade.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.
- d) A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.

87. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

- a) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- b) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, independentemente de sua população.
- d) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.

88. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) julgou, em última instância, habeas corpus contra ato de autoridade estadual e denegou a ordem. Da decisão, caberá

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.

- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

89. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) A Constituição Federal dispõe que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” Essa norma constitucional ilustra exemplo de norma de eficácia limitada, porque o exercício da liberdade depende de lei regulamentadora da profissão.

- b) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia contida.

- c) O direito de greve do trabalhador, conforme definido no artigo 9º da Constituição Federal, exemplifica espécie de norma constitucional e eficácia limitada.

- d) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

90. A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

- a) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

- b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.

c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.

d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.

91. Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), indique a alternativa correta.

a) Caberá ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, ainda que anteriores à Constituição Federal.

b) A admissão da arguição, assim como na ação declaratória de constitucionalidade, está adstrita à comprovação, na petição inicial, da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.

c) Assim como ocorre na ação direta de inconstitucionalidade, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, sem a necessidade de submeter a decisão provisória ao Tribunal Pleno.

d) A decisão proferida em ADPF tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público. Os efeitos da decisão começam a ser produzidos após o trânsito em julgado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

92. Acerca da temática dos agentes públicos, marque a assertiva correta:

a) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.

b) O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital de concurso público tem direito subjetivo à nomeação quando o candidato imediatamente anterior na ordem de

classificação, aprovado dentro do número de vagas, for convocado e manifestar desistência.

c) Os candidatos em concurso público têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais.

d) A Administração Pública não precisa intimar o candidato de um concurso público, pessoalmente, ainda que haja decurso de tempo razoável entre a homologação do resultado e a data da nomeação.

93. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.

b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.

c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.

d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.

94. Em relação ao tema das nulidades dos atos administrativos, a doutrina majoritária no Brasil consolidou o entendimento decorrente da teoria dos motivos determinantes. À luz desta teoria, marque a alternativa INCORRETA.

a) Na exoneração de cargos de livre nomeação não é necessária, para a validade do ato, a enunciação dos motivos de fato pelo administrador.

b) Os elementos do ato administrativo são: a competência, a forma, a finalidade, o objeto e a motivação.

c) A exoneração ad nutum não necessita de explicitação do motivo para sua validade;

todavia, se o administrador, por faculdade, declarar o motivo, esse fato passará a ser determinante para a configuração lícita do ato administrativo exoneratório.

d) A existência real de um motivo de fato alegado para a realização de ato administrativo vincula o administrador, sendo um pressuposto de validade deste mesmo ato.

95. O art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que a inexecução do contrato firmado com a Administração Pública pelo contratado pode ocasionar a aplicação de uma série de sanções, dentre as quais a declaração de inidoneidade do contratado para licitar ou contratar com a Administração Pública. Isso quer dizer que, se houver inexecução do contrato:

a) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público e os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.

b) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento continuam a ser executados normalmente.

c) O contratado fica impedido de participar de novas licitações e os seus direitos e obrigações, relativos aos contratos em andamento, devem ser cedidos a terceiro por ele indicado.

d) O contratado não fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.

96. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa cujos conceitos estão relacionados de forma correta.

a) A discricionariedade e a autoexecutoriedade fazem parte da Administração Pública como um todo, exceto no que tange ao Poder de Polícia.

b) A Administração Pública Direta detém o poder de polícia delegado, por sua vez originado pela Constituinte, e ambos são caracterizados pela coercibilidade.

c) O poder de polícia não é caracterizado pela coercibilidade.

d) A Administração Pública Direta detém o poder de polícia originário e a Administração

Pública Indireta detém o poder de polícia delegado.

97. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.

b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.

c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.

d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.

98. De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse preponderantemente privado é denominado:

a) permissão de uso de bem público.

b) autorização de uso de bem público.

c) concessão de direito real de uso de bem público.

d) concessão de uso de bem público.

99. Caso haja uma licitação a ser realizada na modalidade concorrência com o tipo melhor técnica, o prazo mínimo a ser observado entre a publicação do edital e a próxima fase será:

a) 45 dias

b) 30 dias

c) 15 dias

d) 8 dias

100. Sobre o tema desapropriação, julgue os itens a seguir:

I - Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos a partir de quando o proprietário perde a posse.

II - Na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos desde a efetiva ocupação do imóvel.

III - O prazo prescricional da desapropriação indireta é de 20 anos.

- a) I e II estão incorretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) Apenas o item III está errado;
- d) Os itens II e III estão corretos;



Estratégia
Carreira Jurídica

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJMS-01-11>

Conheça nossos cursos

[Cursos para Cartórios](#)



Estratégia
Carreira Jurídica